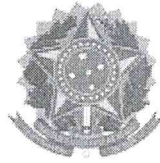




11693378



08027.000401/2020-25



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
GABINETE DO MINISTRO**

OFÍCIO Nº 1219/2020/AFEPAR/MJ

Brasília, 20 de maio de 2020.

A Sua Excelência a Senhora
Deputada Federal SORAYA SANTOS
Primeira Secretária
Câmara dos Deputados
70160-900 - Brasília - DF

Assunto: **Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 327/2020, de autoria do Deputado Federal Capitão Alberto Neto - REPUBLIC/AM.**

Referência: **Ofício 1aSec/RI/E/nº 1151**

Senhora Primeira Secretária,

1. Com meus cordiais cumprimentos, reporto-me ao Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 327/2020, de autoria do Deputado Federal Capitão Alberto Neto (REPUBLIC/AM) para encaminhar a Vossa Excelência informações *"relacionadas à elevação no índice de crimes durante o isolamento social pelo COVID-19, conforme monitor da violência no País"*, nos termos da documentação anexa.

Atenciosamente,

(documento assinado eletronicamente)

ANDRÉ LUIZ DE ALMEIDA MENDONÇA
Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

ANEXOS

1. OFÍCIO Nº 3351/2020/GAB-SENASP/SENASP/MJ (11562953);
2. OFÍCIO Nº 3189/2020/GAB-SENASP/SENASP/MJ (11516859);
3. Planilha Homicídios Dolosos_Municípios 11510291;
4. Planilha Dados por UF 11510307;
5. Despacho nº 163/2020/CGPS/DPSP/SENASP/MJ (11521547);
6. OFÍCIO Nº 804/2020/GAB-DEPEN/DEPEN/MJ (11521126);
7. INFORMAÇÃO Nº 12/2020/AAE/GAB-DEPEN/DEPEN (11519930);
8. INFORMAÇÃO Nº 116/2020/COSISDEPEN/DIPEN/DEPEN (11519929).

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08027.000401/2020-25

SEI nº 11693378

Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Ed. Sede, 4º Andar, Sala 408 - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF,
CEP 70064-900

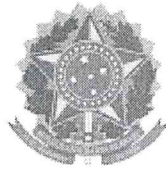
Telefone: (61) 2025-9001 Site: - www.justica.gov.br



11562953



08027.000401/2020-25



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública

OFÍCIO Nº 3351/2020/GAB-SENASP/SENASP/MJ

Brasília, 27 de abril de 2020.

Ao Senhor
LUCAS ALVES DE LIMA BARROS DE GÓES
Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares

Assunto: Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 327/2020, de autoria do Deputado Federal Capitão Alberto Neto - REPUBLIC/AM.

Senhor Chefe,

1. Reporto-me ao Ofício nº 923/2020/AFEPAR/MJ (11480665), por meio do qual essa Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares encaminha o Requerimento de Informação Parlamentar - RIC nº 327/2020, pelo qual são requeridas informações "acerca dos índices de crimes, violência doméstica e feminicídios que se elevaram com o isolamento social e a consequente liberação de presos em unidades penitenciárias".

2. Em complemento ao Ofício 3189 (11516859), encaminho manifestação da Coordenação-Geral de Políticas para a Sociedade da Diretoria de Políticas de Segurança Pública desta Senasp, que por meio do Despacho nº 163/2020/CGPS/DPSP/SENASP/MJ (11521547), informa que por tratar-se de requerimento específico quanto a índices de criminalidade e suas variações nos últimos 15 dias, os seguintes canais são mais recomendados para resposta:

I - SINESP: Registro de crimes realizados por presos liberados por autoridades judiciárias e índices de violência doméstica;

II - DEPEN: Monitoramento de presos e como ocorrerá o retorno às suas unidades prisionais;

III - MMFDH: Percentual de denúncias realizadas ao número 180; e

IV - Pacto pela Mulher da SENAJS: Diagnóstico [...] para a atual situação da segurança pública no País, dada a amplitude do tema e respostas a serem emitidas.

3. Ademais, no que diz respeito às competências desta Secretaria, ainda que tangencialmente, sobre "algum programa especial a ser adotado no período de pandemia do COVID-19", informo que no dia 17 de abril de 2020 começou a ser veiculada a campanha sobre esclarecimento de Polícia Comunitária, com leve relacionamento com a atual crise, assim como o coordenador da área

técnica dirigiu-se às Guardas Civis Municipais do País, em *live* realizada pelo Youtube dia 11/04/20, reforçando a importância de conjugar a aplicação das medidas profiláticas com o contido no art. 3º da Lei 13.022/2014.

Atenciosamente,

RENATO IVO FERNANDES DE CASTRO
Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública



Documento assinado eletronicamente por **Renato Ivo Fernandes de Castro, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 27/04/2020, às 18:19, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11562953** e o código CRC **1DB6B13E**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08027.000401/2020-25

SEI nº 11562953

Esplanada dos Ministérios, Anexo II, Sala 520, 5º Andar, - Bairro Zona Cívico Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-3333 - <https://www.justica.gov.br>

Para responder, acesse <http://sei.protocolo.mj.gov.br>



11516859



08027.000401/2020-25



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública

OFÍCIO Nº 3189/2020/GAB-SENASP/SENASP/MJ

Brasília, 17 de abril de 2020.

Ao Senhor
LUCAS ALVES DE LIMA BARROS DE GÓES
Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares

Assunto: Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 327/2020.

Senhor Chefe,

1. Em atenção ao Ofício nº 923/2020/AFEPAR/MJ (11480665), por meio do qual essa Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares encaminha, para conhecimento e manifestação desta Senasp, o Requerimento de Informação Parlamentar - RIC nº 327/2020 (11480190), de autoria do Deputado Federal Capitão Alberto Neto - Republicanos/AM, que no âmbito das competências desta Secretaria os dados solicitados não se encontram dentre aqueles disponíveis acompanhados pela Secretaria Nacional de Segurança Pública - Senasp, no Portal do Ministério da Justiça e Segurança Pública - MJSP (<https://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/sinesp-1/bi/dados-seguranca-publica>).
2. Ressalto ainda o esforço desta Secretaria Nacional na ampliação do rol de indicadores criminais acompanhados pelo Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e de Rastreabilidade de Armas e Munições e sobre Materiais Genéticos, Digitais e Drogas - Sinesp.
3. Atualmente, os dados de segurança pública, monitorados pelo Sinesp e validados pelos setores de estatística das Unidades da Federação (UF), limitam-se aos disponíveis no Portal do MJSP. Dessa forma, as informações solicitadas podem ser requeridas diretamente às Secretarias de Segurança Pública dos estados ou órgãos correlatos.
4. Ademais, com vistas a prestar auxílio, seguem os dados públicos disponíveis, desagregados por UF/Sexo, do período de janeiro/2015 a dezembro/2019, e também dos municípios, do período de janeiro/2018 a dezembro/2019, conforme anexos 11510291 e 11510307.

Atenciosamente,

RENATO IVO FERNANDES DE CASTRO
Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública



Documento assinado eletronicamente por **Renato Ivo Fernandes de Castro, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública**, em 17/04/2020, às 18:29, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11516859** e o código CRC **D70F23B4**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08027.000401/2020-25

SEI nº 11516859

Esplanada dos Ministérios, Anexo II, Sala 520, 5º Andar, - Bairro Zona Cívico Administrativa, Brasília/DF, CEP 70064-900

Telefone: (61) 2025-3333 - <https://www.justica.gov.br>

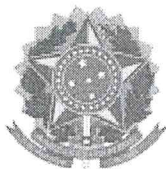
Para responder, acesse <http://sei.protocolo.mj.gov.br>



11521547



08027.000401/2020-25



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Diretoria de Políticas de Segurança Pública
Coordenação-Geral de Políticas para a Sociedade

Despacho nº 163/2020/CGPS/DPSP/SENASP/MJ

Destino: **Gabinete da DPSP**

Assunto: **Acesso à Informação - Requerimento Parlamentar de Informação**

Interessado(a): **Diretoria de Políticas de Segurança Pública**

1. Em cumprimento ao disposto no Despacho nº 519/2020/DPSP/SENASP/MJ e em atenção ao Requerimento de Informação Parlamentar - RIC nº 327/2020 pelo qual são requeridas informações "acerca dos índices de crimes, violência doméstica e feminicídios que se elevaram com o isolamento social e a consequente liberação de presos em unidades penitenciárias", esta Coordenação informa que, por tratar-se de requerimento específico quanto a índices de criminalidade e suas variações nos últimos 15 dias, os seguintes canais são mais recomendados para resposta:

0.1. SINESP: registro de crimes realizados por presos liberados por autoridades judiciárias e índices de violência doméstica;

0.2. DEPEN: monitoramento de presos e como ocorrerá o retorno às suas unidades prisionais;

0.3. MMFDH: percentual de denúncias realizadas ao número 180; e

2. Pacto pela Mulher da SENAJUS: diagnóstico [...] para a atual situação da segurança pública no País, dada a amplitude do tema e respostas a serem emitidas.

3. No que diz respeito às competências desta Coordenação, ainda que tangencialmente, sobre "algum programa especial a ser adotado no período de pandemia do COVID-19", informamos que nesta data começou a ser veiculada a campanha sobre esclarecimento de Polícia Comunitária, com leve relacionamento com a atual crise, assim como este Coordenador dirigiu-se às Guardas Civis Municipais do País, em *live* realizada pelo Youtube 11/04/20, reforçando a importância de conjugar a aplicação das medidas profiláticas com o contido no art. 3º da Lei 13.022/2014.

4. Assim, não havendo outras contribuições para o processo, restituo os autos ao Gabinete da DPSP para ciência e providências.

Atenciosamente,

JOSÉ ARNON DOS SANTOS GUERRA

Coordenador-Geral de Políticas para a Sociedade
DPSP/SENASP



Políticas para a Sociedade, em 17/04/2020, às 17:15, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11521547** e o código CRC **49456B94**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08027.000401/2020-25

SEI nº 11521547



11521126



08027.000401/2020-25



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Departamento Penitenciário Nacional
Gabinete do Departamento Penitenciário Nacional
Serviço de Assuntos Institucionais

OFÍCIO Nº 804/2020/GAB-DEPEN/DEPEN/MJ

Brasília, 17 de abril de 2020.

Ao Senhor,

LUCAS ALVES DE LIMA BARROS DE GÓES

Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Federativos e Parlamentares

Assunto: **Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 327/2020**

1. Reporto-me ao OFÍCIO Nº 922/2020/AFEPAR/MJ, que encaminha o Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 327/2020 (11482296), de autoria do Deputado Federal Capitão Alberto Neto - REPUBLIC/AM.
2. Considerando as questões levantadas pelo Parlamentar que requer informações relacionadas à elevação no índice de crimes durante o isolamento social pelo COVID-19, conforme monitor da violência no País. Encaminha-se a seguintes informações elaboradas pelas áreas técnicas do Depen.
 - INFORMAÇÃO Nº 12/2020/AAE/GAB-DEPEN/DEPEN (11519930) elaborada pela Assessoria de Assuntos Estratégicos do Departamento Penitenciário Nacional,
 - INFORMAÇÃO Nº 116/2020/COSISDEPEN/DIPEN/DEPEN (11519929) elaborada pela Coordenação do Sistema Nacional de Informação Penitenciária do Departamento Penitenciário Nacional.
3. Sendo estas as informações, saliento a disposição deste Depen em auxiliar com demais esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

FABIANO BORDIGNON

Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional



Penitenciário Nacional, em 20/04/2020, às 20:02, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11521126** e o código CRC **10DD7C71**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

ANEXO

INFORMAÇÃO Nº 12/2020/AAE/GAB-DEPEN/DEPEN (11519930);
INFORMAÇÃO Nº 116/2020/COSISDEPEN/DIPEN/DEPEN (11519929).

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 08027.000401/2020-25

SEI nº 11521126

SCN Quadra 03 Bloco B Lote 120, Edifício Victória, 2º Andar, Sala 201 - C -, - Bairro Setor Comercial Norte,
Brasília/DF, CEP 70713-020

Telefone: (61) 2025-8006 - <https://www.justica.gov.br>

Para responder, acesse <http://sei.protocolo.mj.gov.br>



11491973



08016.007482/2020-13



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Departamento Penitenciário Nacional
Assessoria de Assuntos Estratégicos do Departamento Penitenciário Nacional

INFORMAÇÃO Nº 12/2020/AAE/GAB-DEPEN/DEPEN

Processo: **08016.007482/2020-13**

Interessado: **Deputado Federal Capitão Alberto Neto**

INTRODUÇÃO

1. Trata-se de Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 327/2020, de autoria do Deputado Federal Capitão Alberto Neto, apresentado no Plenário da Câmara dos Deputados, em 30/03/2020, o qual requer informações do Sr. Ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Fernando Moro, relacionadas à elevação no índice de crimes durante o período de distanciamento social adotado para a diminuir a velocidade de transmissão do SARS-COV-2, conforme monitor da violência no País.

ESTRATÉGIAS ADOTADAS

2. Diante do exposto, vislumbra-se que as informações requeridas pelo Deputado Federal Capitão Alberto Neto são abrangentes e alguns questionamentos precisam ser encaminhados à Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), pois entende-se que os itens 1, 2, 4, 5 e 6 são de responsabilidade e pertinência temática da referida instituição.

3. Quanto ao item "7. Existe algum programa especial a ser adotado no período de pandemia da COVID-19, haja vista o distanciamento social completo e os riscos de contaminação? Em caso afirmativo, qual seria?" estão descritas, a seguir, as principais estratégias adotadas pelo Departamento Penitenciário Nacional que visam a diminuição da transmissão do vírus e a prevenção.

4. O Departamento recomenda que sejam seguidos os normativos e orientações disponibilizados no link <http://depen.gov.br/DEPEN/covid-19-acoes-contr-a-pandemia> e nomeados abaixo:

- **Portaria Interministerial MJSP/MS nº 7, de 18 de março de 2020** que dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública no âmbito do sistema prisional previstas na Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;
- **Portaria MJSP nº 135, de 18 de março de 2020** que estabelece padrões mínimos de conduta a serem adotados em âmbito prisional visando a prevenção da disseminação da COVID-19;
- **Nota Técnica nº 23/2020 COS/CGCAP/DIRPP/DEPEN** que dispõe sobre atenção à saúde no sistema prisional quanto à COVID-19;
- **Manual de Recomendações para prevenção e cuidado da COVID-19 no sistema prisional brasileiro (em construção).**

5. O Depen está, ainda, realizando o acompanhamento e monitoramento sistemático quanto ao impacto da Covid-19 nos sistemas prisionais de outros países, por meio de sua Assessoria de Assuntos

Estratégicos, visando subsidiar gestores nacionais quanto a boas práticas e análise de riscos. Já foram coletados dados sobre **47 países** em todos os continentes, sobre os quais estão sendo realizados levantamentos de **protocolos de atuação e planos de contenção** adotados pelos países, bem como vêm sendo coletados dados sobre os casos de infecção que atingem os presos e os servidores do sistema penitenciário, os quais estão disponíveis no link: <http://depen.gov.br/DEPEN/covid-19-sistemas-prisionais-no-mundo>. As fontes de dados são diversas (sítios governamentais, organizações civis, imprensa, etc.), pois o objetivo é ter informações com celeridade para antecipar ações necessárias de prevenção à Covid-19.

6. Foi elaborado pelo Depen um extrato adaptado do documento com orientações que visam Preparação, prevenção e controle da COVID-19 em prisões e outros locais de detenção divulgado pela Organização das Nações Unidas – ONU. As medidas que já foram adotadas no âmbito do Departamento Penitenciário Nacional estão em consonância com as orientações da ONU. O extrato pode ser acessado em: <http://depen.gov.br/DEPEN/covid-19-sistemas-prisionais-no-mundo> e o texto original da ONU em: http://www.euro.who.int/_data/assets/pdf_file/0019/434026/Preparedness-prevention-and-control-of-COVID-19-in-prisons.pdf?ua=1.

ENCAMINHAMENTOS

7. Encaminhe-se ao Serviço de Assuntos Institucionais visando subsidiar resposta ao solicitante.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **DIEGO MANTOVANELI DO MONTE**, Chefe da Assessoria de Assuntos Estratégicos do DEPEN, em 15/04/2020, às 10:31, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11491973** e o código CRC **828D6BF2**

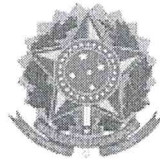
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.



11501657



08016.007482/2020-13



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Departamento Penitenciário Nacional
Coordenação do Sistema Nacional de Informação Penitenciária

INFORMAÇÃO Nº 116/2020/COSISDEPEN/DIPEN/DEPEN

1. Trata-se do atendimento ao Requerimento de Informação Parlamentar (RIC) nº 327/2020 (11482296), de autoria do Deputado Federal Capitão Alberto Neto - REPUBLIC/AM, que solicita resposta ao questionamentos abaixo relacionados:

1) A média de crimes desde o início do isolamento social foi elevada ou diminuída? Quais crimes foram os mais registrados nos últimos 15 (quinze) dias?

2) Há registro de crimes realizados por presos liberados por autoridades judiciárias durante a Pandemia COVID-19? Em caso positivo, poderia detalhar em quais Estados ocorreu?

3) De que maneira há o monitoramento e como se dará o retorno desses presos liberados por conta do COVID-19 às suas unidades prisionais de cumprimento de pena?

4) Quais os índices registrados nos Estados relacionados à violência doméstica e feminicídio, nas últimas semanas?

5) Qual o percentual de denúncias realizadas ao número 180? Houve elevação exponencial?

6) Qual o diagnóstico desta Pasta para a atual situação da segurança pública no País e quais as medidas já adotadas ou a serem adotadas?

7) Existe algum programa especial a ser adotado no período de pandemia do COVID-19, haja vista o isolamento social completo e os riscos de contaminação? Em caso, positivo, qual seria?

2. Informamos que todos os dados estatísticos produzidos por este Departamento, atualizados até o 1º Semestre de 2019, se encontram disponíveis para acesso público no sítio eletrônico do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN): <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/infopen>, onde também é possível consultar as estatísticas dos Estados e do Distrito Federal.

3. Em resposta ao presente pedido, colocamos as respostas das perguntas na ordem em que estas foram feitas:

1) A média de crimes desde o início do isolamento social foi elevada ou diminuída? Quais crimes foram os mais registrados nos últimos 15 (quinze) dias?

Resposta: O Departamento Penitenciário Nacional, órgão diretamente subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública cita que, além de sugerir diretrizes de natureza geralista, faz apenas a coleta e análise dos de informações dos custodiados atualmente presos nas UF. Não fazemos, portanto, o acompanhamento e o registro em tempo real ("pari passu") das infrações penais ocorridas, diariamente, pelo país.

Sugerimos, pois, que este questionamento seja endereçado à Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), órgão também pertencente a esta pasta, o qual faz intercâmbio direto de dados e informações junto às Secretarias de Segurança Pública dos Estados-membros e possui, portanto, maior capacidade de atender a esta demanda, em específico.

2) Há registro de crimes realizados por presos liberados por autoridades judiciárias durante a Pandemia COVID-19? Em caso positivo, poderia detalhar em quais Estados ocorreu?

Resposta: O Departamento Penitenciário Nacional, órgão diretamente subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública cita que, além de sugerir diretrizes de natureza geralista, faz apenas a coleta e análise dos de informações dos custodiados atualmente presos nas UF. Não fazemos, portanto, o acompanhamento e o registro em tempo real ("pari passu") das infrações penais ocorridas, diariamente, pelo país. Sugerimos, pois, que este questionamento seja endereçado à Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), órgão também pertencente a esta pasta, e que faz o intercâmbio de dados e informações junto às Secretarias de Segurança Pública dos Estados-membros e possui, portanto, maior capacidade de atender a esta demanda, em específico.

3) De que maneira há o monitoramento e como se dará o retorno desses presos liberados por conta do COVID-19 às suas unidades prisionais de cumprimento de pena?

Resposta: O controle dos custodiados pelas Administrações Penitenciárias nas UF, colocados em prisão domiciliar pelo Poder Judiciário, faz uso de instrumentos como o uso de tornozeleiras eletrônicas, e quando na ausência destas, utiliza de parcerias com as Secretarias de segurança pública, buscando fazer a verificação *in loco* do apenado em sua residência, a fim de fazer cumprir determinação judicial imposta.

Quanto ao retorno dos presos ao cumprimento de suas sentença condenatórias em suas respectivas Unidades prisionais, esta só poderá ocorrer a partir de manifestação do próprio Poder Judiciário, por critérios de conveniência e oportunidade, e em respeito ao princípio constitucional da separação dos poderes.

4) Quais os índices registrados nos Estados relacionados à violência doméstica e feminicídio, nas últimas semanas?

Resposta: O Departamento Penitenciário Nacional, órgão diretamente subordinado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública cita que, além de sugerir diretrizes de natureza geralista, faz apenas a coleta e análise dos de informações dos custodiados atualmente presos nas UF. Não fazemos, portanto, o acompanhamento e o registro em tempo real ("pari passu") das infrações penais ocorridas, diariamente, pelo país.

Sugerimos, pois, que este questionamento seja endereçado à Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), órgão também pertencente a esta pasta, o qual faz intercâmbio direto de dados e informações junto às Secretarias de Segurança Pública dos Estados-membros e possui, portanto, maior capacidade de atender a esta demanda, em específico.

5) Qual o percentual de denúncias realizadas ao número 180? Houve elevação exponencial?

Resposta: A Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência - Ligue 180, pertencente ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o qual tem por objetivo receber denúncias de violência, reclamações sobre os serviços da rede de atendimento à mulher e de orientar as mulheres sobre seus direitos e sobre a legislação vigente, encaminhando-as para outros serviços quando necessário. O Depen, portanto, se declara incompetente em responder ao presente questionamento. Sugerimos, pois, que seja feito contato com a referida pasta, que possui a competência originária para atender o presente questionamento.

6) Qual o diagnóstico desta Pasta para a atual situação da segurança pública no País e quais as medidas já adotadas ou a serem adotadas?

Resposta: Sugerimos que esta pergunta seja endereçada ao Gabinete-Geral do Ministério da Justiça e Segurança Pública, tendo em vista a abrangência da resposta a ser emitida.

7) Existe algum programa especial a ser adotado no período de pandemia do COVID-19, haja vista o isolamento social completo e os riscos de contaminação? Em caso, positivo, qual seria?

Resposta: O Departamento Penitenciário Nacional esclarece que, como órgão orientador do Sistema Penitenciário Brasileiro, está realizando junto às Administrações Penitenciárias das Unidades

Federativas, o monitoramento em tempo real das medidas, bem como do quantitativo de possíveis casos de SARS-CoV-2 (COVID-19) dentro das Unidades prisionais. Divulgamos estas informações no endereço eletrônico: <http://depen.gov.br/DEPEN/covid-19-acoes-contra-a-pandemia>.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Araújo Chaves Soares, Agente Federal de Execução Penal**, em 15/04/2020, às 18:05, conforme o § 1º do art. 6º e art. 10 do Decreto nº 8.539/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **11501657** e o código CRC **9DF19155**

O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.